



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Plenário		
Reunião: 32ª Ordinária	Sessão legislativa: 3ª	Legislatura: 19ª
Data: 3/5/23		
Local: Plenário Aynthas de Barros		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

PEQUENO EXPEDIENTE

ABERTURA

Horário: 15 horas

Sob a presidência do vereador Gabriel e sendo secretário o vereador Ciro Pereira, havendo quórum, o presidente abriu a reunião.

Após a leitura, pelo vereador Bruno Miranda, de um versículo das escrituras sagradas, o presidente pronunciou as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Belo Horizonte, iniciamos nossos trabalhos”.

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATA

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 30ª Reunião Ordinária, realizada em 18/4/23.

ORDEM DO DIA

PRIMEIRA PARTE

Horário de início: 15h1min

O presidente anunciou a presença em plenário dos candidatos à 14ª Legislatura do Projeto Câmara Mirim. Comunicou que participam do projeto alunos de escolas públicas e privadas do Município. Parabenizou os professores pelo relevante papel que exercem em nossa sociedade, em especial no atual contexto de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

casos de violência ocorridos nos espaços escolares.

EM TURNO ÚNICO/VETO TOTAL: 1) Projeto de Lei nº 156/21 - “Veto total à Proposição de Lei nº 15/23, que ‘torna obrigatória a divulgação das listas de usuários que aguardam exames especializados e cirurgias eletivas em estabelecimentos da Rede Municipal de Saúde”. Autoria: vereador Rubão.

O vereador Bruno Pedralva discutiu o projeto de lei.

A vereadora Marcela Trópia assumiu a secretaria.

Para encaminhamento de votação, usou a palavra o vereador Bruno Miranda.

Votaram 39 parlamentares, sendo 32 votos SIM e 7 NÃO. Mantido o veto.

2) Projeto de Lei nº 204/21 - “Veto total à Proposição de Lei nº 16/23, que ‘Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação ao Legislativo sobre as alterações nas tarifas do serviço de transporte público do Município”. Autoria: vereador Wilsinho da Tabu.

O vereador Wilsinho da Tabu discutiu o projeto de lei.

Para encaminhamento de votação, usou a palavra o vereador Bruno Miranda.

Votaram 38 parlamentares, sendo 28 votos SIM e 10 NÃO. Mantido o veto.

3) Projeto de Lei nº 231/21 - “Veto total à Proposição de Lei nº 18/23, que ‘altera a Lei nº 7.638/99, que cria o Programa de Incentivo à Instalação e Ampliação de Empresas, o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico”. Autoria: vereadores Ciro Pereira e Nikolas Ferreira.

O vereador Ciro Pereira discutiu o projeto de lei.

Para encaminhamento de votação, usou a palavra o vereador Bruno Miranda.

Votaram 39 parlamentares, sendo 30 votos SIM e 9 NÃO. Mantido o veto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

EM PRIMEIRO TURNO: 4) Projeto de Lei nº 139/21 - “Reconhece o *wheeling* e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no Município de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: vereadores Bim da Ambulância e Léo.

Votaram 38 parlamentares, sendo 28 votos SIM e 10 votos NÃO. Aprovado o projeto.

O vereador Cláudio do Mundo Novo assumiu a secretaria.

EM SEGUNDO TURNO: 5) Projeto de Lei nº 816/19 - “Institui a Política Municipal Cultura Viva e dá outras providências”. Autoria: vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella.

O presidente deferiu os seguintes requerimentos: EM TURNO ÚNICO: a) Requerimento nº 476/23 - “Seja votado destacadamente o art. 15 do texto original do Projeto de Lei nº 816/2019”. Autoria: vereador Bruno Miranda; b) Requerimento nº 477/23 - “Seja votada com preferência o texto original do Projeto de Lei nº 816/2019”. Autoria: vereador Bruno Miranda.

Concedida a interrupção da discussão, nos termos do art. 142 do Regimento Interno - RI, à vereadora Iza Lourença.

EM PRIMEIRO TURNO: 6) Projeto de Lei nº 391/22 - “Dispõe sobre normas de funcionamento dos zoológicos e similares situados no âmbito do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: vereadora Duda Salabert.

O presidente deferiu os seguintes requerimentos: EM TURNO ÚNICO: a) Requerimento nº 478/23 - “Seja votado destacadamente o art. 3º do Projeto de Lei nº 391/2022”. Autoria: vereador Bruno Miranda; b) Requerimento nº 485/23 - “Seja votado destacadamente, em 1º turno, o art. 2º do Projeto de Lei nº 391/2022, que ‘Dispõe sobre normas de funcionamento dos zoológicos e similares situados no



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

âmbito do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: vereadora Marcela Trópia; c) Requerimento nº 486/23 - “Seja votado destacadamente, em 1º turno, o art. 8º do Projeto de Lei nº 391/2022, que ‘Dispõe sobre normas de funcionamento dos zoológicos e similares situados no âmbito do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: vereadora Marcela Trópia.

O presidente informou que ficou prejudicado o requerimento nº 484/23, em razão do deferimento do Requerimento nº 478/23.

Passou-se à votação da parte não destacada do projeto.

Para encaminhamento de votação, usou a palavra o vereador Bruno Miranda.

Votaram 38 parlamentares, sendo 12 votos SIM e 26 votos NÃO. Rejeitado o projeto na parte não destacada. Prejudicado o artigo 8º do projeto.

Passou-se à votação do Artigo 3º.

Para encaminhamento de votação, usou a palavra o vereador Bruno Miranda.

Votaram 35 parlamentares, sendo 35 votos NÃO. Rejeitado o artigo.

Passou-se à votação do Artigo 2º.

Votaram 35 parlamentares, sendo 1 voto SIM e 34 votos NÃO. Rejeitado o artigo.

Declararam voto os vereadores José Ferreira e Pedro Patrus.

O vereador Bruno Pedralva, usando o tempo de liderança, anunciou que será protocolado nesta Casa projeto de lei contra assédio moral na Prefeitura de Belo Horizonte - PBH. Destacou que 13 vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH - apoiam a aprovação desse projeto. Enfatizou que a lei municipal sobre assédio moral não é compatível com as legislações estadual e federal sobre o tema. Declarou que a ocorrência do assédio moral é grave, pois pode acarretar



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

prejuízos à saúde dos trabalhadores. Disse que a atual legislação foi formulada com base em normativo estadual publicado em 2011 e não representa as demandas dos servidores em exercício, os quais trabalham para o bem de nossa sociedade.

A vereadora Iza Lourença, usando o tempo de liderança, parabenizou o vereador Bruno Pedralva pela iniciativa em desenvolver o projeto sobre assédio moral na PBH. Afirmou que a Comissão de Administração Pública realizou audiência para debater o congelamento salarial decretado pela PBH por 19 meses durante a pandemia de covid-19. Disse que a medida provocou a perda de benefícios importantes dos trabalhadores, prejudicando a sua progressão na carreira. Declarou que a PBH fez uso de manobra política para impedir que os servidores tenham acesso aos benefícios a que têm direito. Disse que o instituto da segurança jurídica, apresentado como justificativa pela PBH para a implantação da medida de congelamento, precisa ser discutida e transformada em lei na CMBH.

EM SEGUNDO TURNO: 7) Projeto de Lei nº 412/22 - “Institui o Programa Desperdício Zero e o Selo Estabelecimento Contra o Desperdício”. Autoria: vereadora Professora Marli.

O presidente deferiu o seguinte requerimento: EM TURNO ÚNICO: Requerimento nº 480/23 - “Votação destacada, em bloco, do(s) seguinte(s) dispositivo(s): Destaque - Inciso I do § 3º do Art. 2º do Projeto de Lei 412/2022, Destaque - Inciso II do § 3º do Art. 2º do Projeto de Lei 412/2022”. Autoria: vereador Bruno Miranda.

Passou-se à votação da parte não destacada do projeto.

Discutiram o projeto o vereador Pedro Patrus e a vereadora Professora Marli.

Para encaminhamento de votação, usou a palavra o vereador Wanderley



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Porto.

Votaram 39 parlamentares, sendo 39 votos SIM. Aprovado o projeto na parte não destacada.

Passou-se à votação dos incisos I e II do § 3º do Artigo 2º do projeto.

Para encaminhamento de votação, usaram a palavra os vereadores Wanderley Porto e Pedro Patrus.

O vereador Wilsinho da Tabu assumiu a secretaria.

Votaram 38 parlamentares, sendo 6 votos SIM e 32 votos NÃO. Rejeitados os incisos.

8) Projeto de Lei nº 354/22 - "Altera a lei nº 9.691/2009 que 'Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências". Autoria: vereador Pedro Patrus.

O presidente deferiu o seguinte requerimento: EM TURNO ÚNICO: Requerimento nº 479/23 - "Preferência para: Projeto de Lei 354/2022 em relação às emendas". Autoria: vereador Bruno Miranda.

Para encaminhamento de votação, usou a palavra a vereadora Fernanda Pereira Altoé.

Aprovado o projeto. Ficam prejudicadas as emendas nºs 1 e 2.

EM TURNO ÚNICO: 9) Projeto de Lei nº 495/23 - "Altera a Lei nº 11397 de 2022, para instituir o dia 8 de janeiro como o 'Dia Municipal em Defesa da Democracia". Autoria: vereador Pedro Patrus.

Para encaminhamento de votação, usaram a palavra os vereadores Irlan Melo, Pedro Patrus, Bruno Pedralva, Fernanda Pereira Altoé, Iza Lourença e Flávia Borja.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A vereadora Marcela Trópia assumiu a secretaria.

Aprovado o projeto.

O presidente anunciou a presença do vereador Gilson da Autoescola, do Município de Betim, do partido Cidadania.

SEGUNDA PARTE

Horário de início: 16h27min

10) Requerimento nº 473/23 - “Requer que seja apreciado conjuntamente pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, Comissão de Administração Pública e Comissão de Orçamento e Finanças Públicas o Projeto de Lei nº 412/2017, em 2º turno”. Autoria: vereador Wanderley Porto.

Aprovado o requerimento.

O presidente disse que se reuniu com o prefeito Fuad Noman e parabenizou sua postura em relação ao aumento da passagem de transporte público da capital. Destacou que há divergência entre os dados sobre o transporte por ônibus apresentados pela PBH e pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte - Setra-BH. Enfatizou que a CMBH solicitou a realização de outra licitação para contratação de empresas de ônibus em Belo Horizonte. Parabenizou o presidente da Comissão de Mobilidade Urbana, vereador Braulio Lara, pelo empenho em realizar a investigação dos fatos envolvidos na fraude da licitação realizada em 2018. Disse que será realizada nova reunião na próxima terça-feira, dia 9/5/23, às 17 horas, com a presença de representantes dos motoristas de ônibus suplementares e táxi lotação da capital. Enfatizou que a CMBH está comprometida com a questão do transporte público da capital, agradecendo os vereadores desta Casa pela colaboração em solucionar os problemas de transporte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que refletem na sociedade belo-horizontina. Acrescentou que os ônibus devem servir ao interesse público com respeito e dignidade. Disse que o prefeito Fuad Noman não deve se tornar refém das empresas de transporte público.

TRANSFERÊNCIAS E ANÚNCIOS

Foi anunciado para a 34ª Reunião Ordinária, a realizar-se em 5/5/23, o Projeto de Lei nº 332/22.

GRANDE EXPEDIENTE

Horário de início: 16h38min

PRONUNCIAMENTOS SOBRE ASSUNTOS RELEVANTES

Fizeram uso da palavra a vereadora e os vereadores:

1) MILTINHO CGE: apresentou vídeo sobre o primeiro animal castrado no centro de castração de Venda Nova, no Bairro Mantiqueira. Destacou que vários cães não sofrerão com a falta de cuidados e o abandono nas ruas. Agradeceu ao prefeito Fuad Noman por colaborar para a iniciativa de criação desse centro na Regional Venda Nova.

2) JOSÉ FERREIRA: solicitou o apoio do prefeito Fuad Noman aos centros de Saúde da capital, cujas unidades sofrem com a falta de segurança. Destacou que a falta de segurança vem causando temor nos profissionais de Saúde, que estão se sentindo desmotivados a continuar no exercício de suas funções. Afirmou que desde o ano de 2022 há solicitação à PBH de reforço da segurança nas unidades básicas de Saúde da capital. Disse contar com o apoio do prefeito Fuad Noman para a garantia da segurança nas unidades de Saúde da capital.

O vereador Braulio Lara assumiu a secretaria.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3) IRLAN MELO: enfatizou que o transporte de ônibus suplementar precisa ser valorizado por estar próximo à população e contribuir para a melhoria do sistema de transporte público. Disse que a remuneração dos trabalhadores do suplementar precisa ser discutida, a fim de promover o aumento das tarifas desse serviço de utilidade pública. Afirmou que o sucateamento do transporte suplementar não pode continuar e acrescentou que muitos profissionais trabalham em condições inadequadas. Destacou que é preciso combater o monopólio do transporte público em Belo Horizonte.

4) BRUNO PEDRALVA: disse que esta data foi um dia especial para os profissionais servidores da PBH, que congelou o aumento de salários e o acesso a benefícios trabalhistas durante a pandemia de covid-19. Enfatizou que o governador Romeu Zema anunciou que os direitos dos servidores do Executivo estadual serão repostos, por isso a PBH pode assumir a mesma iniciativa em relação aos servidores da esfera municipal. Declarou que, a partir de iniciativa do vereador Pedro Patrus, é possível alterar no Município o nome de logradouros públicos dado em homenagem a torturadores. Destacou que a democracia se fortalece a partir dessas alterações.

ENCERRAMENTO

Horário: 16h49min

40 parlamentares presentes ao longo da reunião: Álvaro Damião, Braulio Lara, Bruno Miranda, Bruno Pedralva, César Gordin, Ciro Pereira, Cláudio do Mundo Novo, Cleiton Xavier, Dr. Célio Frois, Fernanda Pereira Altoé, Fernando Luiz, Flávia Borja, Gabriel, Gilson Guimarães, Helinho da Farmácia, Henrique Braga, Irlan Melo, Iza Lourença, Janaina Cardoso, Jorge Santos, José Ferreira, Juninho Los Hermanos, Loíde Gonçalves, Maninho Félix, Marcela Trópia, Marcos Crispim, Marilda Portela, Miltinho CGE, Pedro Patrus, Professor Juliano Lopes, Professora Marli, Ramon Bibiano da Casa de Apoio, Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Roberto da Farmácia, Rubão, Sérgio Fernando Pinho Tavares, Wagner Ferreira, Wanderley Porto, Wesley Moreira e Wilsinho da Tabu

Houve presenças remotas nesta reunião



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que, após aprovada, será assinada pela presidenta ou pelo presidente e pela secretária ou pelo secretário da reunião em que for comunicada sua aprovação.

Presidenta/Presidente:

Secretária/Secretário:.....